

Povos Indígenas no Brasil

Fonte O Estado de São Paulo Class.: 368
Data 13/06/80 Pg.:

Funai rebate críticas de antropólogos

Da sucursal e
do correspondente

O presidente da Fundação Nacional do Índio, coronel João Carlos Nobre da Veiga, respondeu numa carta com 12 itens as críticas dirigidas à Funai pela Associação Brasileira de Antropologia, afirmando que não há nenhum risco de "esvaziamento do órgão oficial encarregado da questão indigenista" por causa das demissões que desencadearam nova crise.

Na carta, Nobre da Veiga assegura que não há conflito entre antropólogos e fundação nem nenhuma ruptura na prática indigenista, mas sim "uma adaptação dinâmica às novas realidades brasileiras, dentro de uma visão pragmática". Apesar de não ter dado direito de defesa a nenhum dos cinco funcionários demitidos — o antropólogo Rafael e os sertanistas Antônio Carlos Meirelles, Antônio Luís Macedo, José Porfírio de Carvalho (este desde ontem) e de Agnaldo Barroso —, ele afirma que as demissões "não foram sumárias, mas sim precedidas de minucioso estudo".

O coronel diz ainda que a Funai "não vê nenhuma ameaça aos direitos dos povos indígenas, de vez que esse direito está assegurado na Constituição e na legislação específica". No final, a carta registra sua satisfação em ter recebido a crítica da ABA, "por confirmar a abertura de um diálogo franco e direto" entre as duas entidades.

DEMISSÃO

O sertanista José Porfírio de Carvalho, presidente da Sociedade Brasileira de Indigenistas, chefe da Ajudância de Marabá (PA), com 11 anos de serviços prestados à causa indígena, foi demitido ontem da Funai, por ter enviado um telegrama de protesto ao presidente do órgão, quando da demissão dos seus colegas. Porfírio manifestou-se ontem frustrado por ter saído de Marabá para pedir demissão e já estar assinada quando chegou à sede da Fundação.

Porfírio foi enquadrado no artigo 482 da CLT — "ato de indisciplina, insubordinação e mau procedimento" — pelo telegrama que o presidente da Funai considerou

"malcriado". O sertanista, por sua vez, aponta como "mal procedimento" a ação do órgão nas questões de terras indígenas, como "vender as terras dos guajajaras (no Maranhão) a preços irrisórios e sem licitação".

DEMARCAÇÃO

Em Cuiabá, o presidente da Funai, coronel João Carlos Nobre da Veiga, admitiu ontem que dificilmente o órgão terá condições de cumprir o plano do Ministério do Interior de demarcar todas as reservas indígenas até 1982. "Os problemas indígenas são tão difíceis — explicou — que serão necessárias várias gerações futuras para resolvê-los." No caso da demarcação das terras, ele lembrou que sua efetivação irá diminuir um pouco a tensão existente entre os índios e o governo, mas isso terá de ser adiado "por um prazo maior do que o estipulado pelo Ministério".

Nobre da Veiga criticou as constantes idas de índios a Brasília que tentam forçar a Funai a demarcar definitivamente suas terras, afirmando que o órgão "não aceita pressões, partam de onde partirem, porque a política indigenista segue a política do governo federal, que não aceita contestação de ninguém". Ele informou que a Fundação Nacional do Índio conta atualmente com Cr\$ 252 milhões para efetuar a demarcação das reservas — "500% a mais que os recursos destinados para tal fim no ano passado".

O coronel afirmou ainda em Cuiabá que "existem profundas divergências" na Funai. "Só em um dos casos do problema geral indígena, o dos índios Nhamibiquara — exemplificou —, sete comissões fizeram sete estudos diferentes e apresentaram sete soluções diferentes para a criação da reserva." E concluiu: "Mas as divergências estão sendo sanadas com o afastamento dos funcionários indisciplinados, desobedientes e agitadores, e a colocação em prática de uma nova doutrina funcional".